

TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS: O CASO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS

MATHEUS DE CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
mcs1990@yahoo.com.br

ISABELA DE FÁTIMA FOGAÇA ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
isafog@hotmail.com

Introdução

O município de Petrópolis que, com base nos dados apresentados pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2014), se caracteriza como uma cidade turística, consolidada entre os sessenta e cinco destinos indutores do Brasil, ao utilizar-se de seus recursos culturais, torna-os instrumentos para a criação de novos atrativos, como forma de atrair visitantes e manter a atividade turística em pleno desenvolvimento. Seu Circuito de Capelas e Igrejas atrai a atenção de nossa investigação para a correlação entre as políticas culturais e o turismo, pelos impactos no uso e preservação do patrimônio religioso.

Problema de Pesquisa e Objetivo

1.1 Problema de Pesquisa

Como o turismo impacta nas políticas culturais de patrimônio do município de Petrópolis?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como o turismo impacta nas políticas culturais de patrimônio do município de Petrópolis.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Definir a influência do ideal desenvolvimentista no estreitamento das políticas culturais de uso e preservação com o turismo na realidade brasileira;
- Caracterizar o circuito de Capelas e Igrejas de Petrópolis e as implicações de seu envolvimento com o turismo;

Fundamentação Teórica

Ao considerar as políticas culturais como o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes voltadas para a esfera da cultura, somadas as intenções estatais de construção da identidade nacional e preservação do patrimônio cultural na consolidação dos estados, torna identificar o cenário das políticas culturais no país, dentro de uma perspectiva histórica, importante no contexto que envolve tais políticas e fornece indícios de suas implicações com o desenvolvimento do turismo.

Metodologia

A metodologia para elaboração deste trabalho, considerando a Natureza da pesquisa, se enquadra como uma pesquisa básica de caráter bibliográfico e documental, por ter como objetivo gerar conhecimentos novos que são úteis para o avanço das ciências sem uma aplicação prática prevista. Com referência aos objetivos, a pesquisa é considerada como exploratória, por objetivar mais informações sobre o assunto investigado, o que possibilitará a descoberta das contradições existentes entre as práticas de valorização e massificação existentes nas políticas culturais em relação a atividade turística.

Análise dos Resultados

Pode-se perceber com a ideia do circuito que a organização dos espaços selecionados segue critérios de valor material, priorizando os monumentos por aquilo que representam em suas artes sacras, estruturas e estilos referentes a religião católica. Essa padronização é descrita como referente a valorização da cultura local, porém, tal característica, pode influir significativamente no aproveitamento turístico da localidade e a divulgação do circuito se vê limitada dentro de uma perspectiva utilitarista, por não abranger elementos culturais que podem ser marcantes.

Conclusão

A análise da política pública em questão, referente aos ambientes divulgados no circuito, se destaca a presença de um trabalho simplista e fetichista da cultura tradicional, voltada para o atendimento das demandas turísticas das classes mais altas. Nesse aspecto, percebe-se que o envolvimento popular é uma das barreiras a serem superadas dentro da questão e se faz necessário ter maior consideração com este fator em específico, principalmente quando referentes a localidades em que o turismo é um elemento forte dentro da economia e influencia diretamente na realidade de sua população.

Referências Bibliográficas

BARBALHO, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: Ideólogos do patrimônio cultural. CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. trad. Luciano Vieira Machado. DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. trad. Estela dos Santos Abreu. DUARTE, Rodrigo. Teoria Crítica da Indústria Cultural. Belo Horizonte. FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. FALCÃO, Joaquim Arruda. Polít

TURISMO E POLÍTICAS CULTURAIS: O CASO DO CIRCUITO DE CAPELAS E IGREJAS

1. INTRODUÇÃO

O campo das políticas culturais é definido por Lima, Ortellado e Souza (2013) como uma área articulada que busca pelo entendimento da atuação do Estado no que se refere à cultura. As políticas culturais se afirmam como objeto de investigação nos anos noventa, do século XX, contudo, esta área não apresenta uma organização e sistematização dos principais elementos que definam e indiquem suas modalidades.

Ainda de acordo com as proposições de Lima, Ortellado e Souza (2013), o marco para o debate foram as conferências da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na década de setenta, responsáveis por consolidar a primeira distinção entre políticas desse tipo.

Tal distinção se observa em dois tipos: o primeiro faz referência à tentativa de melhorar as condições de acesso ao conjunto de atividades e bens culturais das elites, a fim de torna-los bens democráticos, denominadas políticas de democratização da cultura. O segundo tipo está direcionado para as tentativas de valorização das práticas populares, conhecidas como políticas de democracia cultural.

Para Barbalho (2011), política cultural faz referência ao universo das políticas públicas voltadas para cultura que são implementadas pelo governo, ou seja, a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas propriamente ditas.

Calabre (2009), em sua introdução sobre as políticas culturais no Brasil, expõe a milenar relação entre Estado e a cultura, porém, a visão de políticas públicas pertence a contemporaneidade. De forma sintética, a autora define que as políticas culturais são o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes.

Para Yúdice (2004), a cultura é abordada na era moderna como um recurso capaz de melhorar aspectos sociopolíticos e econômicos, transformando aquilo que entendemos por cultura e as ações tomadas em seu nome. Ao considerar as perspectivas mais contemporâneas da indústria cultural, à qual o turismo se relaciona, as ações na área da cultura se tornam oportunidade de alavancar o desenvolvimento das localidades.

Nesse viés de pensamento, o município de Petrópolis que, com base nos dados apresentados pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2014), se caracteriza como uma cidade turística, consolidada entre os sessenta e cinco destinos indutores do Brasil, ou seja, está entre os destinos que dispõem de infraestrutura básica e equipamentos turísticos, além de atrativos qualificados, operando como núcleos de recepção e distribuição de fluxos turísticos, se torna um caso relevante para ilustrar esse impacto do turismo na criação das políticas culturais.

Sendo assim, os recursos culturais presentes em Petrópolis são apropriados pelo turismo e se tornam instrumento para a criação de atrativos turísticos de diversos tipos, como forma de atrair visitantes e manter a atividade turística em pleno desenvolvimento.

Mais precisamente, a proposta de roteirização de monumentos e obras religiosas, denominada “Circuito de Capelas e Igrejas”, atrai a atenção de nossa investigação para a correlação entre as políticas culturais e a perspectiva do turismo, como forma de perceber seus impactos no uso e preservação do patrimônio religioso do município.

1.1 Problema de Pesquisa

Como o turismo impacta nas políticas culturais de patrimônio do município de Petrópolis?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como o turismo impacta nas políticas culturais de patrimônio do município de Petrópolis.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Definir a influência do ideal desenvolvimentista no estreitamento das políticas culturais de uso e preservação com o turismo na realidade brasileira;
- Caracterizar o circuito de Capelas e Igrejas de Petrópolis e as implicações de seu envolvimento com o turismo;

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O estreitamento das políticas culturais brasileiras com o turismo

Seguindo os apontamentos de Herrera (1992), no plano internacional, a luta pela defesa e preservação do patrimônio cultural da humanidade caracteriza as projeções mais significativas de cooperação, sendo a UNESCO responsável por grande atuação na defesa de monumentos e criações humanas de valor para a sociedade internacional, assim como na cooperação com iniciativas de nações que visem utilizar suas tradições como base da imagem do país.

Alexandre Barbalho (2001) expõe que a tentativa de criar uma identidade nacional se caracteriza como um dos principais elementos catalizadores para intervenções públicas na área da cultura. Para ele, o Estado tem a preocupação de criar uma união dos diversos segmentos que ocupam um território comum por meio de uma ideia construída de nação, o que gera políticas culturais que tentam valorizar e imprimir nos habitantes símbolos e materiais que atendam a esse projeto.

Como sugerido por Lima, Ortellado e Souza (2013), quando se considera a política cultural como uma ação sistemática do Estado no campo da cultura, outras modalidades podem ser identificadas, extrapolando os ideais de produção e difusão anteriormente abordados. As autoras as categorizam como políticas de identidade e patrimônio, utilizadas na construção da identidade nacional e preservação do patrimônio cultural na consolidação dos estados modernos.

De acordo com os estudos sobre patrimônio realizados por Choay (2006), este tipo de política tem suas origens na França em plena revolução como uma prática de conservar a totalidade do patrimônio nacional considerando sua riqueza e diversidade. Ainda de acordo com a autora, tal processo se deu pela transferência dos bens do clero, emigrados e da coroa para a população, atribuindo a perspectiva econômica aos bens materiais que necessitam ser preservados e mantidos pelo povo.

Essa noção econômica que tomou o sentido de patrimônio, tanto da categoria de bens móveis quanto os de bens imóveis, criou a necessidade de estabelecer uma metodologia capaz de ordenar o inventário da herança e também definir as regras de sua gestão (CHOAY, 2006). É nesse sentido que se inicia a prática de tombamento das categorias de bens da nação que são seguidos por ações de proteção.

A própria distinção realizada pela legislação francesa no que se refere aos tratamentos para os patrimônios móveis pode indicar como as políticas culturais de cunho preservacionista tinham a intenção de repassar para seu povo a ideia de identidade.

Os primeiros, com efeito, serão transferidos de seu depósito provisório ao definitivo aberto ao público, consagrado então com o nome recente de *museum* ou de museu. Este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos das artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como

as competências artísticas e técnicas. Essa pedagogia é concebida, de imediato, em escala nacional (CHOAY, 2006, p. 101).

No que se refere ao patrimônio imóvel, “Os bens imóveis, conventos, igrejas, castelos, residências particulares ensejavam outros problemas [...] Mas, principalmente, era-lhes necessário inventar novos usos para os edifícios que haviam perdido sua destinação original” (CHOAY, 2006, p. 104-105). Portanto, o pensamento político para o patrimônio se apresenta, em sua fase inicial, dotado de uma visão funcionalista, em que a satisfação das necessidades de se preservar aquilo que era da nação, assim como educar a população para o ideal nacionalista, era o foco principal.

Calabre (2009), em sua introdução sobre as políticas culturais no Brasil, expõe a milenar relação entre Estado e a cultura, porém, a visão de políticas públicas pertence a contemporaneidade. De forma sintética, a autora define que as políticas culturais são o resultado de atividades políticas de caráter normativo e ordenador, demandando a alocação de recursos de natureza diversa e com o envolvimento de diferentes agentes.

Para Alexandre Barbalho (2011), política cultural faz referência ao universo das políticas públicas voltadas para cultura que são implementadas pelo governo, ou seja, a atuação do Estado e dos governos e de suas políticas públicas propriamente ditas.

Ainda de acordo com o autor (BARBALHO, 2011), essa definição se dá na língua portuguesa, como forma de diferenciação e separação das palavras na língua inglesa: *policy* e *politics*. Para a definição de *politics*, ele propõe o uso do termo políticas de cultura, referente as disputas de poder entre os diversos estratos e classes que compõem a sociedade e seus valores culturais.

Portanto, a relação da cultura com política e economia não é algo novo, funcionando e pode ser analisada, no primeiro caso, como forma de controle social do comportamento humano e, no segundo caso, como instrumentalização da arte (YÚDICE, 2004).

Dessa maneira, Yúdice (2004), trata da cultura dentro da contemporaneidade como elemento capaz de transformar diversas possibilidades de ações políticas, destacando sua legitimação por perspectivas utilitaristas que seriam responsáveis da globalização e do enfraquecimento da crença da liberdade artística no pós-guerra fria.

Assim sendo, identificar o cenário das políticas culturais no país, dentro de uma perspectiva histórica, auxilia na descrição do contexto que envolve as políticas de preservação e conservação do patrimônio e oferece indícios de suas implicações com o desenvolvimento do turismo.

A análise histórica das políticas culturais no Brasil possui raízes marcantes na revolução da década de 1930, com a transição de um modelo de Estado agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, em que culminou em processo de urbanização crescente e de diversos direitos trabalhistas (CALABRE, 2009).

De acordo com Lia Calabre (2009), a primeira experiência de gestão pública implementada no Brasil dentro do campo da cultura se deu na esfera municipal pela criação do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo em 1935, na tentativa de trazer a cultura dos grupos dominantes para aqueles menos favorecidos.

O Departamento de Cultura, dirigido por Mario de Andrade, representou a divisão ordenada de departamentos na busca de “potencializar os resultados obtidos por meio da criação de políticas públicas para a área da cultura” (CALABRE, 2009, p.20).

A garantia da preservação da riqueza nacional, dos bens, e símbolos da cultura brasileira viria com o estabelecimento de uma regulamentação capaz de proteger a nação dos desvarios, de política predatória, de decisões empíricas associadas a interesses eventuais (BOMENY, 1991, p.4).

Sendo assim, a perspectiva de um Estado responsável pela intervenção direta na formulação da política de patrimônio resulta no convite de Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em que a ciência substituiria o amadorismo (CALABRE, 2009; BOMENY, 1991).

Os direcionamentos que o poder político começa a transferir para a realidade social brasileira são sensíveis nesse serviço patrimonial, em que se delimitavam as obras de arte em oito categorias, assim como a prática de tombamento: arqueologia, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicadas nacionais e aplicadas estrangeiras (CALABRE, 2009). Para Helena Bomeny (1991), o discurso do governo era alinhado aos ideais dos intelectuais que buscavam uma política nacional de reconstrução do patrimônio como prática social integradora.

Portanto, a perspectiva de pensar as políticas culturais como ações do Estado em favor da população como um todo, denota uma abordagem desenvolvimentista mais ampla do que aquelas centradas no aspecto econômico. Suas atenções direcionam-se ao fomento do desenvolvimento social e de acordo com Herrera (1992), o conceito de qualidade de vida adere às estratégias direcionadas ao desenvolvimento em âmbito internacional, sendo a cultura um elemento fundamental para os países nos processos de formação de identidade.

Para Joaquim Falcão (1984), o que ocorre nesse momento é o crescimento da base social do poder político que influencia na organização e controle da vida nacional de cidadãos excluídos socialmente, o que justifica a legalização e estatização de atividades sindicais, estudantis e culturais.

O Estado amplia sua presença através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E através também do crescente apoio direto ou indireto às atividades individuais de artistas e profissionais como Portinari, Villa-Lobos e tantos outros (FALCÃO, 1984, p. 27).

Tal política apresentaria como base identitária o modelo de gestão do IPHAN e a homogeneidade de trabalho de seu corpo técnico que criaram uma autonomia político-administrativa deste órgão. Este fator resulta em duras críticas do autor (FALCÃO, 1984), pois o foco de tais políticas se apresenta muito centrado em suas normas e transações na tentativa de agradar ao mercado, tornando ainda mais distantes e menos valorizados os elementos sociais e seus significados:

A política de preservação é reduzida a programas, instituições, recursos, normas e clientela. É explicada apenas pela interação entre os que dela diretamente participam: no governo e na sociedade. É rica em fatos reais específicos, mas é pobre em articulação e significado. Dificilmente são identificadas as causas políticas, sociais e econômicas que dão significado aos fatos específicos, e moldam as relações dos grupos e classes sociais entre si, e entre estes e a política de preservação. Não raro reduz a experiência histórica da nação a uma história autônoma das circunstâncias do presente (FALCÃO, 1984, p. 25).

Joaquim Falcão (1984) expõe uma política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico reduzido à política de preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal que era caracterizada por um tratamento privilegiado de determinadas culturas em detrimento de outras.

a) monumento vinculado à experiência vitoriosa de etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes,

fóruns etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos etc.) da elite política e econômica do país (FALCÃO, 1984, p. 28).

Furtado, em seu pronunciamento como ministro de Estado da cultura (1986), afirmava que uma ação política deliberada se faz necessária para criar uma política social que preze para o atendimento das necessidades do indivíduo e da coletividade, visto que estas questões devem ser prioridade no cerne da política de desenvolvimento de um país.

Seu discurso expõe que o subdesenvolvimento existente no país torna a participação estatal necessária na garantia do atendimento às necessidades de seu povo, quesito negligenciado historicamente no Brasil. Tal diretriz apresenta uma nova direção para os trabalhos, agora preocupados com os elementos característicos das práticas populares e suas potencialidades para o indivíduo.

Ainda de acordo com Furtado (1986), a política cultural deve ser direcionada para o atendimento das necessidades do homem, detentoras de um caráter superior ao econômico, o que permite ao indivíduo adquirir requisitos essenciais para sua vida em sociedade se tornando capazes de gerar melhorias para o sistema como um todo.

A questão do empoderamento social e o incentivo para o envolvimento nas tomadas de decisões, levantada por Furtado (1986), denota outro fator importante que está presente dentro da esfera das políticas culturais e requer uma abordagem bastante criteriosa. A capacidade de assegurar ao indivíduo os elementos culturais capazes de construir seu caráter, ampliar suas possibilidades na construção de novas diretrizes, participar dos processos decisórios e influenciar ativamente na realidade da nação são elementos diretamente ligados ao processo de democratização.

Sua preocupação com o crescimento do cidadão, por meio de seu desenvolvimento cultural, implica que a satisfação das necessidades culturais é capaz de criar transformações positivas dentro do indivíduo e, conseqüentemente, para o país na forma de iniciativas diretamente ligadas a sociedade civil.

A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma ação abrangente dos poderes públicos que dê prioridade ao social. Essas são condições necessárias para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos (FURTADO, 1986, p.3).

Portanto, o que se percebe é um estreitamento dos laços entre as políticas de preservação e conservação do patrimônio com o aspecto desenvolvimentista. Essa perspectiva de ação do Estado no campo cultural implica em ações que irão se relacionar diretamente na realidade social e economia do país.

Nessa perspectiva, a atividade turística passa a representar um fator de interesse para o governo local, por representar uma oportunidade de atender esses novos interesses com a aproximação com o campo do patrimônio.

O turismo é um fenômeno sociocultural e econômico que representa uma atividade criadora de impactos positivos na economia local, com a criação de recursos e oportunidades de negócios, trabalho e renda, da mesma maneira que oferece riscos de danos à natureza e à identidade local (FREIRE E PEREIRA, 2005).

De acordo com Doia Freire e Lígia Pereira (2005), este setor da economia é o que mais se expande nas últimas décadas do século XX e passa por grandes transformações, com um mercado que se diversifica de acordo com as oportunidades do mundo moderno.

O município de Petrópolis é um caso interessante para a pesquisa do impacto do turismo no planejamento de políticas culturais, por se tratar de uma localidade relacionada ao segmento

do turismo cultural e depender economicamente dos resultados que a atividade consegue prospectar a partir do uso de seu patrimônio.

Dessa forma, no próximo momento do trabalho entraremos mais especificamente dentro do planejamento de cultura do município e caracterizaremos o circuito de Capelas e Igrejas, por simbolizar um exemplo de política cultural organizada para atender as demandas de turismo da região.

2.2 O planejamento municipal de Cultura e o circuito de Capelas e Igrejas

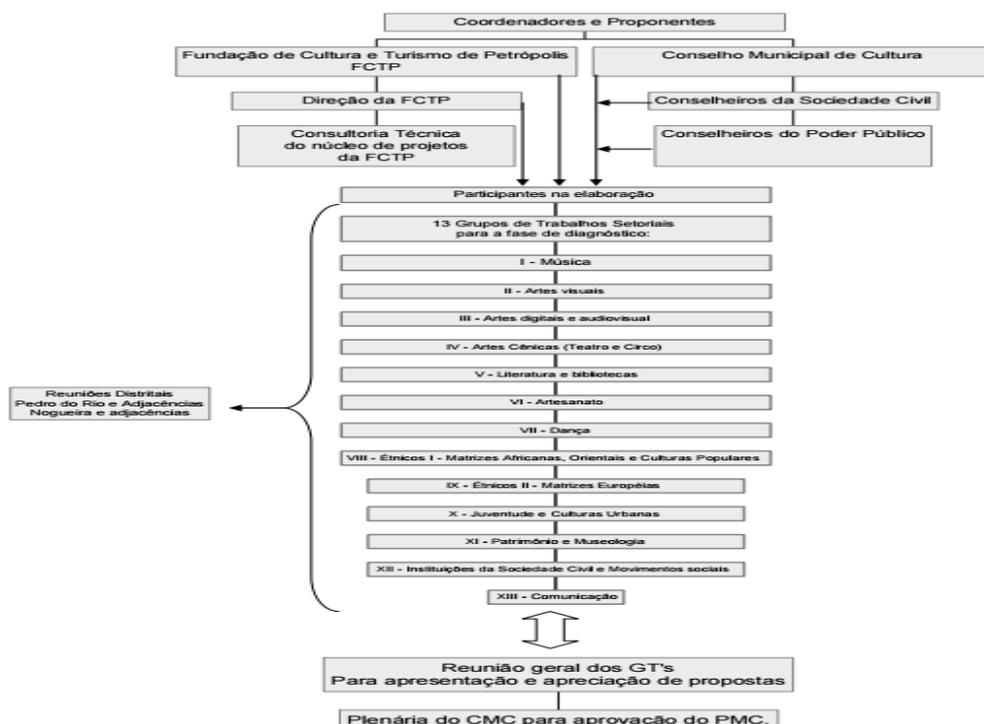
O Plano Municipal de Cultura (PMC) faz parte do Sistema Municipal de Cultura (SMC) instituído pela Lei número 6806, de 27 de dezembro de 2010, que, de acordo com seu artigo primeiro, tem como função proporcionar condições de cidadania cultural para os moradores da região, estabelecer novos mecanismos para a gestão pública das políticas culturais e favorecer a participação social dos segmentos que são atuantes no meio cultural (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Sua funcionalidade, de acordo com os artigos 26 e 27 da Lei supracitada é servir como instrumento de planejamento para as políticas culturais dentro do município de Petrópolis. Desta forma, o PMC foi elaborado em duas etapas, uma dedicada a análise e diagnóstico com relação a parte artística e cultural, e a segunda, para a definição de projetos, propostas e diretrizes que atendam as demandas e cumpram as políticas da área cultural (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

O Plano Municipal de Cultura segue, de acordo com sua proposta final (PROPOSTA PMC, 2010, p. 1), um contexto de pensar as políticas culturais dentro de três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. Este contexto estaria ligado ao Ministério da Cultura (MinC) no período de gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, os quais teria transformado as práticas antigas de trabalhar as ações na área da cultura.

A figura abaixo deixa mais clara a organização mencionada.

FIGURA 1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E PETRÓPOLIS



Fonte: PROPOSTA PMC (2010, p. 36).

O Conselho Municipal de Cultura (CMC), que compõe o SMC, é um elemento importante para o estabelecimento desse novo modelo, o órgão é composto pelo Poder Público e Sociedade Civil de maneira a institucionalizar essa relação, contribuir para a execução das políticas culturais do município e assessorar tanto a prefeitura quanto a Fundação de Cultura e Turismo, por seu caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010).

Também se faz interessante abordar a própria Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis (FCTP) que é parte integrante do SMC e funciona como órgão da administração indireta do município, responsável pela elaboração e execução dos programas culturais da cidade (PETRÓPOLIS, LEI 6.806, 2010). Este faz parte da organização do roteiro de Capelas e Igrejas e seus gestores serão alvos de entrevista como forma de adquirir maior conhecimento sobre o projeto.

O PMC, dentro da fase de diagnóstico, identificou as demandas e carências da área cultural, assim como as situações problema por meio de 45 reuniões com os grupos temáticos, tendo como base um conjunto de 150 questões comuns para todos os grupos estabelecidos na Segunda Conferência Nacional de Cultura do MinC (PROPOSTA PMC, 2010, p. 29).

Ainda seguindo as informações da proposta do PMC (2010, p. 29), as questões envolviam elementos como a profissionalização do segmento, diversidade de manifestações artísticas e culturais, inserção cultural e social de jovens, idosos e outros segmentos, relações entre cultura e turismo, integração cultural de toda a cidade e não apenas do centro histórico, legislação para patrimônio, benefícios fiscais, dentre outras demandas.

Inclusive os eixos temáticos que serviram de base para discussão e concepção do diagnóstico estão alinhados com o aspecto de desenvolvimento social atrelados a cultura e seus benefícios, sendo eles: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cultura Cidade e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Cultura e Economia Criativa; Gestão e Institucionalidade da Cultura (PROPOSTA PMC, 2010, p. 30-34).

Mais especificamente no diagnóstico referente ao segmento Patrimônio e Museologia, foi destacada a necessidade para um inventário de bens simbólicos em nível municipal, tendo em vista o desconhecimento da diversidade e o reconhecimento do real significado dos bens simbólicos que não possuem difusão, como no caso dos de natureza imaterial (PROPOSTA PMC, 2010, p. 61).

Também é relevante destacar exigência de um trabalho de sensibilização patrimonial para a população local, visto terem identificado uma baixa consciência da valorização do patrimônio pelos cidadãos e baixo índice de apropriação da história da cidade (PROPOSTA PMC, 2010, p. 62).

Quando considerado o eixo da Cultura e Desenvolvimento sustentável, em seu sub-eixo Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo, já na escolha de seu título é possível perceber a proximidade da atividade turística com o aspecto do patrimônio cultural e natural. Também se percebe a busca por uma visão que envolva o segmento cultural, turístico e ambiental dentro de uma mesma conjuntura (PROPOSTA PMC, 2010, p. 76).

Essas situações problema apontadas pelo diagnóstico fomentam diretrizes específicas, sendo que para o sub-eixo patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo, se observa o interesse pela formulação de programas e projetos que estimulem a relação entre cultura e turismo que são tidas como insuficientes (PROPOSTA PMC, 2010, p. 92).

Nota-se, inclusive, uma preocupação com relação de uma ação institucional entre os conselhos municipais de Cultura e Turismo para a criação de um programa municipal de turismo cultural (PROPOSTA PMC, 2010, p. 93). Portanto, o desenho para essa problemática está encaminhado para uma conversão do trabalho dessas áreas em busca de algo alinhado aos interesses do desenvolvimento social.

Mais uma vez, abordar o patrimônio se faz interessante para o estudo, por este representar um dos elementos marcantes em quem busca a visitação na cidade. A interação com os padrões arquitetônicos do século XIX presentes em diversos monumentos históricos, é responsável por despertar o imaginário de visitantes de diversas regiões do país.

Descobrir o quanto esse fator influencia na implementação das políticas culturais motiva a caracterização das políticas públicas de cultura da cidade neste momento do trabalho, porque essa pressão econômica pode ser um fator crítico no direcionamento das ações governamentais.

Tal recorte procura uma análise desses elementos contemporâneos no direcionamento de bens culturais que possuem características e relações extra-sensoriais legitimados pela própria sociedade em seu cotidiano (MENESES, 2009).

Portanto, trabalhar o patrimônio religioso do município disposto na estrutura do circuito, pode representar uma oportunidade de entender se elementos como a arquitetura, objetos de arte sacra e acontecimentos pontuais diretamente ligados com a história da região estão sendo trabalhados em conjunto os aspectos imateriais presentes nos locais visitados ou se ficam priorizados como forma de atender as perspectivas contemporâneas do mercado turístico.

Assim sendo, abordar a temática do patrimônio religioso cria espaço para trabalhar questões como envolvimento social nas ações públicas relacionadas a cultura, democratização desses elementos culturais e até mesmo perceber em que medida a atividade do turismo está influenciando nesse processo e deixando de lado aspectos relevantes para a própria população local, da mesma forma que direcionando todo o uso do patrimônio da região.

Mais especificamente, se faz interessante a discussão das peculiaridades do roteiro de Capelas e Igrejas de Petrópolis, visto apresentar complexidades que envolvem a análise das políticas culturais e seus direcionamentos no uso do patrimônio.

Análise essa que seguindo os apontamentos de Falcão (1984), necessita de um olhar crítico para a visão dominante, como forma de contextualizar o processo de decisões da política pública e identificar se o que foi decidido supera, conflita ou apenas corrobora o que vem sendo implementado historicamente.

O patrimônio religioso que está envolvido na ideia de um dos circuitos que compõem a gama de atrativos culturais no município, apresenta-se na tentativa de explorar um conjunto arquitetônico religioso que remonta heranças culturais do século XIX, referentes à tradição local de homenagear os padroeiros de devoção das famílias que ali viviam nesse período (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Em uma análise rápida do que se propõe nos documentos que apresentam o circuito, denota-se uma mistura do desejo de difusão da cultura local com a perspectiva de preservação daquilo que é valioso para a cidade.

No site da Fundação são indicadas oito capelas e igrejas capazes de demonstrar a história, arte e arquitetura da região, da mesma maneira que justificar a vocação para o turismo religioso em Petrópolis. O circuito é, portanto, um conjunto de informações diretas na tentativa de divulgar, sem muita riqueza de detalhes, as oito capelas e igrejas capazes de receber visitação e criar uma oferta de turismo religioso.

A primeira capela que compõe a lista é a de Nossa Senhora do Sion que fica localizada no prédio da Universidade Católica de Petrópolis. Sua construção é inspirada na Capela da Congregação de Nossa Senhora de Sion em Paris e seu engenheiro, Heitor da Silva Costa, é famoso por ser responsável pela construção do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO, 2016).

Ainda de acordo com a Fundação de Cultura e Turismo (2016), sua construção data entre 1914 e 1922 e segue o estilo renascentista. Sua localização se encontra na Rua Benjamin Constant, 213. Centro – Petrópolis, com visitas abertas para o público de Segunda a Sexta-feira, das 8hs às 13hs e das 17hs às 21hs.

A Igreja Consagrada Imaculada Conceição também é incluída no circuito, que fica localizada dentro do Mosteiro da Virgem que abriga desde 1937 a comunidade contemplativa de beneditinas, foi inaugurada em 1989 e diariamente acontecem missas e orações abertas para o público (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO, 2016).

Ela foi projetada pelo arquiteto Cláudio Pastro, em estilo moderno, destacando-se algumas obras de arte sacra como a pintura de um painel atrás do altar, representando Jesus Cristo Glorioso (9 metros de altura e 4 metros de largura), uma estátua de bronze da Virgem Maria com as mãos para cima, representando a “Igreja Orante” (medindo 1,20 metros), a Menorah, que representa a presença plena do senhor, um altar e o coro monástico, reservado apenas para as irmãs, para a realização dos ofícios divinos e o coral de canto gregoriano. Por fim, a capela abrigando a Santíssimo Sacramento feito de bronze e latão (MOSTEIRO DA VIRGEM, 2011, p. 1).

Segundo o Mosteiro da Virgem (2011), ainda na parte inferior do altar, que se localiza em uma parte externa da igreja, encontra-se o cemitério das irmãs que representa o “Coro Celestial”, mantendo-as eternamente presentes durante as orações e celebrações. Seu endereço é na Avenida Ipiranga, 555. Centro- Petrópolis. Com visitas das 7hs às 18hs (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

A Capela Nossa Senhora Auxiliadora é destacada no circuito como símbolo de devoção dos colonos alemães em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1901, passando por algumas alterações em 1919 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, 2016).

Ela é localizada no Convento dos Franciscanos na Rua Doutor Paulo Herve, 1539. Bingen – Petrópolis. A visitação é mediante a agendamento, sendo a celebração das missas aos domingos, 8hs (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

A Capela de Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Trono de Fátima, é ressaltada no roteiro por permitir uma visão panorâmica da cidade de Petrópolis, assim como por possuir uma estátua de Nossa Senhora de Fátima com sete metros de altura (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016). Sua localização é na Rua Bispo Dom José em Valparaíso, Petrópolis. As visitas ocorrem diariamente das 8hs às 18hs com a possibilidade de participar de procissões todo dia 13 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

A Capela de Nossa Senhora do Amparo, localizada no prédio da Congregação de mesmo nome, dedica à educação de crianças órfãs e pobres do município, foi construída entre 1868 e 1883 e se destaca por apresentar um altar trazido da Alemanha com imagens da Padroeira, São José e São João Evangelista (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Sua localização é na Avenida Roberto Silveira, 150. Centro – Petrópolis, com visitas somente nos horários de Missas que ocorrem tanto nas segundas quanto nas sextas às 17h45 e aos domingos, às 8hs (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Também se registra no circuito a Igreja de Santa Catarina, construída em estilo gótico em 1921, localizada no colégio pertencente a Congregação das Irmãs de Santa Catarina que a quase 113 anos se dedica à educação de milhares de crianças e jovens (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Seus destaques são para as 14 imagens representando a via sacra, a mesa de comunhão em mármore branco e adornos em bronze, com símbolos próprios do cristianismo. A disponibilidade de visitação é apenas com agendamento e sua localização é na Rua Montecaseros, 288. Centro – Petrópolis (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

A Capela Nossa Senhora das Graças fica no interior do colégio Santa Isabel, sob direção das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, foi inaugurada em 1864 e possui como

características pinturas folheadas a ouro, imagens vindas da França e teve como patrona à época da fundação a Princesa Isabel (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Sua localização é na Rua Imperador, 689. Centro – Petrópolis. A visitação ocorre exclusivamente no horário das missas que ocorrem de segundas as sextas-feiras às 18hs20; sábados, às 17hs e domingos, às 9h30 (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

A última Capela disposta pelo circuito é a de Santo Antônio, que se localiza na fazenda Samambaia, na Estrada da Samambaia, 138 no distrito de Samambaia – Petrópolis. Com um altar em estilo barroco, configura a primeira capela oficial do município, reconhecida e catalogada pelo (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Sua visitação ocorre aos sábados, domingos e feriados, das 10hs às 18hs, sendo cobrado ingresso de quatro reais, equivalente a entrada na fazenda. Também fica aberta para visitações durante a semana no caso de reserva de grupos acima de 15 pessoas (FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS 2016).

Tendo em vista os elementos descritos nesse segmento do trabalho, será exposto na sequência a metodologia utilizada para sua elaboração, seguido de uma breve análise dos resultados obtidos, assim como a busca pela construção de uma conclusão de pesquisa ainda inacabada.

3. METODOLOGIA

A metodologia para elaboração deste trabalho, seguindo as formas clássicas de classificação elencadas por Prodanov (2013), sob o ponto de vista da Natureza da pesquisa, se enquadra como uma pesquisa básica de caráter bibliográfico e documental, por ter como objetivo gerar conhecimentos novos que são úteis para o avanço das ciências sem uma aplicação prática prevista.

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados, em que podem ser identificados dois grandes grupos de delineamentos, diferenciados por suas formas de obter os dados (PRODANOV, 2013).

O primeiro grupo seria referente a aqueles delineamentos de pesquisa que se valem de fontes de papel como o caso da pesquisa Bibliográfica ou Documental e o segundo grupo enquadraria aqueles que costumam obter dados por meio do contato com pessoas, como acontece nas pesquisas experimentais, estudo de caso, pesquisa participante, dentre outros exemplos (PRODANOV, 2013).

Com relação aos procedimentos técnicos ela, primeiramente, se caracteriza como uma Pesquisa Bibliográfica que possibilitará uma fundamentação teórica para as análises com relação às políticas culturais no país, da mesma maneira que permitirá uma aproximação da realidade que a atividade turística acrescenta na questão por seu relacionamento com a indústria cultural.

Para Gil (2008), essa modalidade é desenvolvida a partir de material já elaborado como livros e artigos científicos e oferece uma vantagem para o investigador de cobrir uma maior quantidade de informações, principalmente aquelas dispersas pelo espaço, por estar concentrada em materiais de confiança.

Já para Prodanov (2013), o objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito sobre o assunto da pesquisa como Livros, revistas, monografias, dissertações, dentro outros, em que a preocupação com a veracidade das informações obtidas e o trabalho para trabalhar as perspectivas de maneira coerente são imperativos em todo o processo.

A pesquisa também possui caráter documental por se valer de materiais que não receberam um tratamento analítico ou passíveis de reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008; PRODANOV, 2013).

Com relação à abordagem do problema, também de acordo com Prodanov (2013), consiste em um processo de coleta de dados, que se dará por uma pesquisa qualitativa por objetivar a interpretação de um fenômeno, apontando seus processos e significados sem a utilização de métodos e técnicas quantitativas. De acordo com Neves (1996), esse tipo de pesquisa possui um foco de interesse mais amplo, com a obtenção de dados descritivos pelo contato direto e interativo do pesquisador com seu objeto de estudo, compreendendo um conjunto de diferentes técnicas interpretativas e descritivas.

Ainda de acordo com Neves (1996), por não pretender demonstrar, enumerar e medir resultados por meio de levantamentos estatísticos, o pesquisador foca seus ideais na busca pelo entendimento dos fenômenos, primeiramente, com a perspectiva dos participantes da situação estudada, para aí sim situar suas interpretações.

Com referência aos seus objetivos, a pesquisa é considerada como exploratória, tendo em vista as observações de Prodanov (2013), por objetivar mais informações sobre o assunto investigado, o que possibilitará a descoberta das contradições existentes entre as práticas de valorização e massificação existentes nas políticas culturais em relação a atividade turística.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pode-se perceber com a ideia do circuito que a organização dos espaços selecionados segue critérios de valor material, priorizando os monumentos por aquilo que representam em suas artes sacras, estruturas e estilos referentes a religião católica. Essa padronização é descrita como referente a valorização da cultura local, porém, algumas considerações devem ser tomadas.

Primeiro se refere a desconsideração das comunidades religiosas presentes em alguns dos espaços citados. O tratamento separado destes grupos que vivenciam e se legitimam a partir desses monumentos, denota a predileção do roteiro para os aparatos culturais de cunho simbólico ou imaterial, transmitindo a ideia de visitação para o consumo daquilo que se observa.

Esse elemento pode influir significativamente no aproveitamento turístico da localidade, visto que a experiência pelo contato com a cultura dessas comunidades religiosas pode significar novas formas de sociabilidade, oportunidades para troca de alteridades e também de interação não apenas com o lugar, mas com o circuito como um todo.

Para Moraes (2011), essa perspectiva utilitarista do circuito para com o patrimônio cultural da cidade pode afetar diretamente na maneira como os moradores locais aprendem, planejam e vivem as cidades, o que resulta também na experiência de quem visita, pelo contato com os códigos de acolhimento e das infraestruturas formais de recebimento.

A divulgação do circuito se vê limitada dentro dessa perspectiva utilitarista, por não abranger elementos culturais que podem ser marcantes para um público ainda mais diferenciado. Aliás, a centralidade da religião católica no circuito, simboliza a quase exclusão dos demais elementos de manifestação religiosa da cidade, o que pode impedir a participação de alguns grupos de interesse de menor abrangência.

De acordo com Moraes (2011), a organização do patrimônio cultural da localidade representa um elemento relevante para o turismo e a hospitalidade existentes naquele espaço, proporcionando a interação entre o lugar e as pessoas que dele desfrutam, sejam elas visitantes ou os próprios residentes.

5. CONCLUSÃO

Ao se realizar uma análise da política pública em questão, no que tange aos ambientes divulgados no circuito, o que se observa é a presença de um trabalho simplista e fetichista da cultura tradicional, voltada para o atendimento das demandas turísticas das classes mais altas e dos visitantes interessados em consumir um determinado atrativo específico.

No cenário das políticas culturais no país, percebe-se que o envolvimento popular é uma das barreiras a serem superadas dentro da questão. Dentro dessa perspectiva, as políticas culturais no país precisam ter mais consideração com este fator em específico, principalmente quando aplicadas em localidades em que o turismo é um elemento forte dentro de sua economia e influencia diretamente na realidade de sua população.

Essas preocupações relacionadas com a atividade turística, sobretudo em seu segmento cultural, são legítimas visto que não se possui uma dimensão de quanto essa prática afeta no desenvolvimento cultural. Segundo Herrera:

Os pontos de vista divergem no que diz respeito ao papel do crescimento turístico no contexto de um autêntico desenvolvimento cultural. A experiência parece indicar que, em muitos casos, este último pode solapar as condições da cultura local em diversos níveis (1992, p.9).

Outro elemento preocupante é a ausência de cuidado com a valorização dos costumes e tradições que representam a parte imaterial do patrimônio, presentes em algumas das localidades expostas no roteiro, o que impede o envolvimento da comunidade local e também do visitante (FREIRE E PEREIRA, 2005).

As expressões locais - falas do tempo, memória que repousa no imaginário coletivo, de onde também brota a criatividade humana - representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para 'desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações [...] (FREIRE E PEREIRA, 2005, p. 129).

A própria proposta de focar o conjunto arquitetônico e seus materiais dotados de valor estético já evidencia o valor utilitarista presente na política, visto que a natureza do sentido de monumento não tem a função simplista de apresentar ou dar qualquer informação, mas tem como intuito principal emocionar alguém por meio de uma memória viva, assim como contribuir para a seguridade da identidade de uma dada comunidade que é ameaçada pelo tempo (CHOAY, 2006).

Portanto, a preocupação com a perda do valor metafórico dos elementos abordados dentro do roteiro, caracteriza o uso desse patrimônio pelo seu valor meramente simbólico, a fim de atender o que se demanda no mercado turístico: o contato superficial com produtos que sinalizam características marcantes da cidade.

Para Guy Debord (1997), o turismo pode ser considerado como um subproduto da circulação de mercadorias, em que as pessoas se prendem a uma lógica de consumo que banaliza as localidades e seus atrativos. Inclusive, o próprio território é formatado nesse processo de atendimento dos ideais mercadológicos, compondo o foco central para os planos da cidade e de seus atrativos.

Segundo Duarte (2003), as influências da indústria cultural pela aproximação da indústria e seus processos que visam à obtenção do lucro, atribui a todas as coisas um valor de troca e implicam na redução da capacidade humana em evoluir culturalmente, pois a prioridade está centrada nos produtos culturais.

A cultura também é entendida dentro da sociedade capitalista como uma mercadoria capaz de desempenhar um papel importante no desenvolvimento da economia (DEBORD, 1997). Sendo assim, a visão utilitarista se permeia no campo das políticas culturais e se aplica as ações governamentais brasileiras ao longo de sua história.

Tal relação implica em uma série de circunstâncias, levando a estrutura de uma sociedade capitalista a observar na atividade do turismo uma forma de movimentar os interesses do capital. Para Brian Goodey (2005), se não forem criados programas eficazes em comunicar os sentidos presentes no patrimônio, assim como atrair visitantes para formas de interação

menos superficiais, os efeitos de uma intensa mercantilização desse patrimônio cultural poderão descaracterizar seu papel educacional.

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com seu presente, num parque de diversões para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro (MURTA, 2005, p. 140).

Estes produtos seriam de valor social muito baixo por não considerar as características individuais e sim o interesse das massas, de caráter alienante. Assim, “a imposição das formas de organização econômica capitalista ao campo da cultura e da arte determinava sua deterioração” (DUARTE, 2003, p. 17).

A superação do ato de criar políticas que considerem os artefatos urbanos de maneira isolada para atender as demandas da indústria cultural, a qual o turismo está relacionado, se faz necessária dentro de uma cidade formada por um processo de colonização multicultural, como forma de assegurar não apenas a preservação, mas também garantir os direitos e interesses da população.

Os elementos que compõem o patrimônio imaterial da cidade são artefatos de interesse coletivo e necessitam de um trabalho mais abrangente para assegurar sua preservação e o bom funcionamento do todo social, visto que os bens culturais mantêm relações importantes dentro do núcleo urbano, mesmo que de cunho meramente espacial (LEMOS, 1981).

Uma das maneiras de se alcançar esse objetivo é repensar o papel do patrimônio cultural por parte dos órgãos de preservação, em que uma bandeira preservacionista adotada por profissionais técnicos como arquitetos e artistas impede o estabelecimento de um turismo cultural capaz de arrecadar recursos para a manutenção dos lugares e manifestações, informar e educar os visitantes (GOODEY, 2005).

A própria relação entre preservação, conservação e turismo é posta como ambígua por Stela Murta (2005), visto que no Brasil os estudiosos do patrimônio e a constituição atribuem um sentido mais amplo e dinâmico ao conceito de preservação, mas nos países anglo-saxões e a literatura de turismo tais características são atribuídas para a conservação.

Dessa maneira é preciso entender que esse tipo de planejamento não pode estar centrado em ideias fixas e tecnicistas sobre preservação, uma das características presentes no histórico da nação. Atribuir novas formas de se encarar o planejamento no campo das políticas culturais, ainda mais quando se pensa a atividade turística, pode representar um diferencial no trabalho proposto, da mesma forma que ampliar os resultados esperados.

O elo entre preservação e turismo, de acordo com Stela Murta (2005, p 141), seria incentivar a prática da interpretação, aliada a um desenvolvimento local sustentável, pois seus objetivos são de “convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo; aliada do turismo, ajuda os visitantes a conhecer e apreciar mais os lugares que visitam, enriquecendo sua experiência”.

Considerando os elementos debatidos a cima, o papel da identidade cultural é outro fator central para o campo das políticas culturais, pois envolve os indivíduos e todo o conjunto de elementos que eles constroem em suas realidades.

Essa lógica impacta de maneira significativa a esfera da identidade cultural presente na sociedade e no aspecto psíquico dos indivíduos, tendo em vista que engloba elementos que incorporam processos de reconhecimento, além de incidirem diretamente na memória. A memória funcionaria como um suporte da identidade, por reter informações capazes de atribuir sentido as relações sociais (MENESES, 1984).

Se o cidadão necessita de envolvimento, a problemática do valor que, de acordo com Meneses (2009, p. 32), permeia o campo do patrimônio, principalmente no que se refere ao valor percebido exclusivamente nos bens materiais, também se faz presente na discussão.

O autor aborda a questão da atribuição de valor, com o intuito de demonstrar que, apesar da constituição de 1988 dimensionar o direito da sociedade em criar os valores culturais, acaba-se por ser aplicado esse direcionamento unicamente ao patrimônio imaterial, e no que se refere ao patrimônio material, o poder público se destaca como agente principal, trabalhando o valor cultural a partir dos seus traços marcantes (MENESES, 2009, p. 34). Essa atitude, tida por Meneses (2009) como esquizofrênica, deixa bem claro os interesses governamentais em utilizar o patrimônio material pelo seu valor econômico, modelo muito parecido com os da época da revolução francesa.

Nesse sentido, ainda de acordo com Meneses (2009) o mais interessante seria privilegiar a perspectiva do usuário do bem patrimonial, visto que representaria o fim de tal prática esquizofrênica de trabalhar o valor cultural de maneira reificada e fetichista. Essa crítica corrobora com as observações de Choay (2006, p.22) que aponta a superação da artificialidade dentro das ações públicas por meio do afastamento do aspecto utilitarista, pela escolha do simbólico dentro do planejamento, que pode ser mais facilmente alcançado com o envolvimento da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Políticas e indústrias culturais na América Latina. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, ano 9, v. 17, n. 1, p. 24-35, 2011.

BOMENY, Helena. Patrimônios da memória nacional. In: **Ideólogos do patrimônio cultural**, Rio de Janeiro, IBPC, 1991 (Caderno de Debates; 1).

_____, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. FGV Editora, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. trad. Luciano Vieira Machado. 5ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. trad. Estela dos Santos Abreu.- Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel (1984): 24-55.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 20. 1984: 45-49.

FREIRE, Doia. PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, 2002.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE PETRÓPOLIS, “Circuito de Capelas e Igrejas.” Petrópolis, RJ. 2011. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/cultura/programacao-cultural/destaque-dois/172-circuito-das-capelas-e-igrejas.html>> Acesso em: 27 Mai. 2016

FURTADO, Celso. Política cultural. MinC, Ministério da Cultura, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5

GOODEY, Brian. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Editora UFMG, 2002.

HERRERA, Felipe. Introdução às políticas culturais. 1992.

LEMONS, Carlos AC. **O que é patrimônio histórico**. Vol. 51. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção primeiros passos.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. PABLO, Ortellado. SOUZA, de Vladimir. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. Trabalho submetido para apresentação no IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1984. N°20: 33-36.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG. 2009: 25-39.

MINISTÉRIO DO TURISMO. “65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.” Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html> Acesso em: 08 Fev. 2016.

MORAES, Edilaine Alberto de. Hospitalidade em espaços urbanos: a cidade, o patrimônio e o turismo. In: SPOLON, Ana Paula Garcia; MORAES, Edilaine Albertino de; ROSA, Lélío Galdino; SILVA, William Cléber Domingues. **Hospitalidade**. V.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011. ISBN: 978-85-7648-703-6.

MOSTEIRO DA VIRGEM. Notícias sobre o Mosteiro da Virgem nesses últimos anos. Petrópolis. 1994.

MURTA, Stela Maris. Turismo Histórico-Cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: _____. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Editora UFMG, 2002.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. São Paulo: v.1, N°3, 2° SEM./1995.

PETRÓPOLIS. Câmara Municipal de Petrópolis. Proposta Plano Municipal de Cultura de Petrópolis. Set. 2010. Disponível em: <https://culturaecomunicacaosocial.files.wordpress.com/2012/04/proposta-final-do-pmc.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PETRÓPOLIS. LEI 6.806, de 27 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Petrópolis e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/p/petropolis/lei-ordinaria/2010/681/6806/lei-ordinaria-n-6806-2010-institui-o-sistema-municipal-de-cultura-de-petropolis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27. mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2004.